

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI**

**Atos do Prefeito**

**Lei nº 2161 de 28 de julho de 2004.**

**A Câmara Municipal de Niterói decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei :**

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2005 e dá outras providências.

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 130, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Niterói, as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2005, compreendendo:

I – as prioridades e as metas da administração pública municipal;

II – a estrutura e organização dos orçamentos;

III – as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;

V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI – as políticas de aplicação financeira para o desenvolvimento municipal;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município para o exercício correspondente;

VIII – as disposições finais.

**CAPÍTULO II**

**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º - Em consonância, com o art. 165, § 2º, da Constituição, as prioridades e metas para o exercício financeiro de 2005 são as especificadas no Anexo de Prioridades e Metas, que integra esta Lei, e deverão observar os seguintes princípios:

I – será ampliado a presença do sistema educacional, com atuação prioritária na expansão dos projetos de educação de 0 a 6 anos e ensino fundamental, de forma a integrar o ensino infantil ao ensino fundamental, manutenção das vagas para toda a população, expandindo de acordo com o estudo de demanda atualizado à rede pública, além da criação de programa de atualização profissional dos servidores da Secretaria Municipal de Educação e da Fundação Municipal de Educação;

II - será ampliado o acesso da população ao conjunto de bens e serviços sociais, conjugando ações de caráter assistencial, capacitação profissional e de geração de trabalho e renda, priorizando a população de baixa renda;

III – será promovido o fortalecimento institucional dos Órgãos da Prefeitura, através de modernização tecnológica e administrativa, atualização de cadastros, capacitação e reciclagem de seus servidores e descentralização de ações que impactem positivamente a arrecadação, proporcionando a melhoria no atendimento ao contribuinte e a população em geral;

IV – será aperfeiçoado e modernizado o sistema viário e demais atividades de manutenção e conservação da cidade,

especialmente, a drenagem e pavimentação de ruas e logradouros.

V - será ampliado o acesso de atendimento da criança e do adolescente, de qualquer nível social, com a criação de (01) Conselho Tutelar Regionalizado, conforme demanda existente;

VI - será ampliado o atendimento voltado à criança carente, modernizando ou complementando os Centros de Acolhimentos;

VII - será implementado os serviços de fluoretação odontológica no Programa Médico de Família;

VIII - será ampliado e fortalecer o atendimento médico ambulatorial e emergencial à população.

IX - será ampliado e fortalecer as ações da Guarda Municipal, principalmente, junto às escolas, creches e prédios públicos municipais.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e subfunção às quais se vinculam.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, com a indicação de suas metas físicas.

Art. 4º - O orçamento compreenderá as receitas e despesas referentes aos Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Autarquias e Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal, além das dotações pertinentes às Empresas e Sociedades de Economia Mista em que o Município, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 5º - Somente será permitida a inclusão, na Lei Orçamentária, de dotações a título de subvenções sociais, conforme estabelece o artigo 16 da Lei nº

4.320/64, ou que atenda ao disposto no art. 213 da Constituição Federal.

**Parágrafo Único** – As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais recebam recursos, devendo elaborar processo de prestação de contas.

Art. 6º - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de quaisquer recursos do Município, inclusive das receitas próprias das entidades e empresas públicas, para clubes e associações dos servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto nos casos em que esses recursos venham a ser destinados a creches e instituições para o atendimento pré-escolar, do idoso e dos portadores de deficiência e vítimas de epidemias, projetos ambientais e projeto médico de família.

Art. 7º - A Lei Orçamentária poderá conter autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, em conformidade com o art. 167, inciso IV e VII, da Constituição Federal, a Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/00, sempre com autorização do Poder Legislativo.

Art. 8º - A contratação de operações de crédito será limitada ao atendimento das necessidades relativas:

- I – ao serviço da dívida e do seu refinanciamento;
- II – aos investimentos prioritários e à execução dos serviços essenciais;
- III – ao refinanciamento da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Municipal.

Art. 9º - Além da observância das prioridades e metas elencadas no Anexo desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/00, somente incluirão projetos novos, após adequadamente atendidos os em andamento, cuja execução financeira tenha ultrapassado 35% (trinta e cinco por cento) até 30 de junho de 2004, e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

**Parágrafo Único** – Em consonância com o art. 5º, § 5º, da Lei Complementar nº 101/00, o investimento que não esteja previsto no Plano Plurianual deverá ser incluído através de Lei específica que autorize sua inclusão.

Art. 10 - Nenhuma despesa poderá ser fixada sem que esteja definida a fonte de recurso disponível, assim como em desacordo com os ditames desta Lei.

Art. 11 – A Lei Orçamentária discriminará os recursos do Município e a transferência de recursos da União e do Estado, destinado à execução descentralizada das ações de saúde, conforme estabelecido no art. 215, da Lei Orgânica do Município.

Art. 12 – O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído de:

- I – texto de lei;
- II – quadros orçamentários consolidados;

III – anexo do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei;

V – discriminação da Legislação básica da receita, referente ao Orçamento;

§ 1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, deste artigo, incluindo os complementos do art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I – do resumo da estimativa da receita total do Município, por categoria econômica e rubrica;

II – da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;

III – da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;

IV – da evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo categorias e seu desdobramento em fontes, até os quatro anos anteriores ao exercício a que se refere a proposta orçamentária, com colunas distintas para a receita prevista e a efetivamente arrecadada;

V – da evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo categorias econômicas e grupos de despesa;

VI - das despesas e receitas do orçamento, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total do orçamento;

VII – demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do art. 212 da Constituição Federal;

VIII – quadro geral da receita do orçamento, por rubrica e fontes;

IX – descrição sucinta, para cada unidade orçamentária, de suas principais finalidades com respectiva legislação;

§ 2º - A mensagem que encaminhar o projeto de Lei Orçamentária conterá:

I – resumo da política econômica e social do governo;

II – justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e despesa;

III – memória de cálculo da estimativa da receita;

IV – do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, na forma disposta no art. 5º, inciso II, da Lei Complementar 101/00.

Art. 13 – As propostas orçamentárias do Poder Legislativo, Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista e Fundos Especiais, deverão ser elaboradas na forma e conteúdo estabelecido nesta Lei, em consonância com as disposições sobre a matéria, contidas na Constituição Federal, Lei Federal 4.320/64, Lei Complementar 101/00 e na Lei Orgânica Municipal.

Art. 14 – O Poder Legislativo terá uma dotação global, na Lei Orçamentária, que não poderá ultrapassar o percentual de 6% (seis por cento) relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, relativamente ao realizado no exercício anterior, excluídos os inativos.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

Art. 15 – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2005 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo Único – O Poder Executivo deverá colocar à disposição os estudos e as estimativas das receitas previstas no art. 12, § 3º, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 16 – A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de Lei Orçamentária, serão elaborados a preços correntes, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

Art. 17 – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2005 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais.

Art. 18 – A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2005 conterá dispositivos para adequar a despesa à receita, em função dos efeitos econômicos que decorram de:

I – realização de receitas não previstas;

II – disposições legais ao nível federal, estadual ou municipal que impactem de forma desigual as receitas previstas e as despesas fixadas;

III – adequação na estrutura do Poder Executivo, desde que sem aumento de despesa.

Art. 19 – Somente poderão ser incluídas, no projeto de Lei Orçamentária, dotações relativas às operações de crédito contratadas ou autorizadas até a data do encaminhamento do projeto ao Poder Legislativo.

Art. 20 – A proposta orçamentária conterá reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, dois por cento da receita corrente líquida e será destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 21 – A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente do refinanciamento da dívida pública municipal, nos termos dos contratos firmados.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

Art. 22 – O Poder Executivo, quando da elaboração de sua Proposta Orçamentária para pessoal e encargos sociais, deverá observar o artigo 71 da Lei Complementar nº 101/00, devendo considerar os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos e revisão geral da remuneração dos servidores públicos municipais, sem prejuízo do disposto no artigo 24 desta Lei, devendo o executivo proceder ao disposto no artigo

169, parágrafo 3º, incisos I e II, da Constituição Federal, no caso de extrapolação dos limites.

Art. 23 – As despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal, no exercício financeiro de 2005, observarão os limites previstos no artigo 29A da Constituição Federal e artigo 20, inciso III, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 24 – Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal, por concurso público ou a qualquer título, observado o disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº 101/00.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**

Art. 25 – A aplicação de recursos oficiais para o desenvolvimento do Município observará as seguintes diretrizes:

I – atendimento às micro, pequenas e médias empresas, bem como aos mini, pequenos e médios produtores e suas cooperativas;

II – atendimento a projetos sociais, infra-estrutura econômica e social, habitação popular, urbanização de favelas e geração de empregos;

III – aproveitamento dos potenciais econômicos setoriais do Município;

IV – atendimento a projetos destinados à defesa, preservação e recuperação do meio ambiente.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Art. 26 – A Lei que concede ou amplia incentivo, isenção ou benefício, de natureza tributária, só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 27 – Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária municipal.

§ 1º - A mensagem que acompanha o projeto de Lei de alteração da Legislação Tributária discriminará os recursos adicionais esperados em decorrência da alteração proposta.

§ 2º - Caso as alterações não sejam aprovadas ou sejam parcialmente, as despesas correspondentes, se aprovadas na Lei Orçamentária, terão sua realização cancelada, em definitivo, pelo Poder Executivo, de acordo com o parágrafo 8º do artigo 166 da Constituição Federal.

## **CAPÍTULO IX**

### **Das Disposições Finais**

Art. 28 – O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 29 – Caso seja necessário a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação



financeira, para atingir as metas fiscais previstas no artigo 9º da Lei Complementar nº 101/00, será feito no prazo de 30 dias subseqüentes, de forma proporcional ao montante de recursos alocados para o atendimento de “outras despesas correntes”, “investimentos” e “inversões financeiras” da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Município.

§ 1º - Não serão objetos de limitação de empenho as despesas relativas a obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento dos encargos da dívida pública.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará, para análise do Poder Legislativo, acompanhado de memória de cálculo dos parâmetros e da justificativa do ato, o montante que lhe caberá na limitação do empenho e da movimentação financeira.

Art. 30 – Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros para entidade privada de que trata o artigo 17 da Lei nº 4.320/64 conterão, obrigatoriamente, referência ao Programa de Trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário no detalhamento existente na Lei Orçamentária.

Art. 31 – Para efeito desta Lei, entende-se por despesas irrelevantes, para fins do parágrafo 3º, do artigo nº 16, da Lei Complementar nº 101/00, aquelas cujos valores não ultrapassem os limites dos incisos I e II, do artigo 24, da Lei nº 8666/93.

Art. 32 – Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/00:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II – no caso de despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 33 – O Poder Executivo deverá elaborar e divulgar, em até 30 dias após a publicação do orçamento anual para 2005, o cronograma anual de desembolso mensal, por órgão ou entidade nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Art. 34 – São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 35 – Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares, destinados ao órgão do Poder Legislativo, serão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma do disposto no artigo 168, da Constituição Federal.

Art. 36 – Caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, a coordenação da elaboração dos Orçamentos de que trata a presente Lei.

Art. 37 - O Projeto de Lei Orçamentária deverá ser encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal de Niterói, até 30 de setembro de 2004.

Art. 38 - O Projeto de Lei Orçamentária deverá ser encaminhado à sanção até 15 de dezembro de 2004.

Art. 39 - O Poder Executivo divulgará, por Unidade Orçamentária de cada Órgão, Fundo ou Entidade que integram o orçamento de que trata esta Lei, o quadro de detalhamento de despesa, explicitando, para cada categoria de programação, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos.

Parágrafo Único - O detalhamento da Lei Orçamentária, bem como os créditos adicionais, relativos ao Poder Legislativo, respeitado o total fixado no Art. 14, será autorizado, no seu âmbito, mediante Resolução do Presidente da Câmara.

Art. 40 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Niterói, 28 de julho de 2004  
Godofredo Pinto - Prefeito

**SETOR: LEGISLATIVO**

**ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI**

PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
-------------------	---------	-------------------	-----------

**PROGRAMA: 0003 - ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR**

**OBJETIVO: Proporcionar renda ao servidor mediante concessão dos benefícios previstos em lei.**

3.1 ENCARGOS COM PENSÕES	PENSIONISTA BENEFICIADO	UNIDADE	01
3.2 ENCARGOS COM APOSENTADOS	APOSENTADO BENEFICIADO	UNIDADE	324

**PROGRAMA: 0004 - TRABALHO LEGISLATIVO**

**OBJETIVO: Divulgar os trabalhos legislativos visando dar aos munícipes informações gerais e transparência da atuação dos vereadores.**

4.1 DIVULGAÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO	TRABALHO DIVULGADO	PERCENTUAL	100%
--	--------------------	------------	------

**SETOR: ADMINISTRAÇÃO**

**PROGRAMAS E AÇÕES**

**PROGRAMA: 0001 - APOIO ADMINISTRATIVO**

**OBJETIVO: Prover os órgãos do Município dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.**

- 1.1 AÇÕES DE INFORMÁTICA
- 1.2 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS
- 1.3 MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES
- 1.4 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
- 1.5 REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
- 1.6 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS
- 1.7 REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS
- 1.8 IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E SALÁRIOS
- 1.9 REVISÃO GERAL DA REMUNERAÇÃO DE PESSOAL
- 1.10 OPERACIONALIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 1.11 OPERACIONALIZAÇÃO DO CERIMONIAL
- 1.12 REGULARIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS
- 1.13 OPERACIONALIZAÇÃO DAS PROCURADORIAS ESPECIALIZADAS
- 1.14 OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONVÊNIOS MS / PMN / FMS
- 1.15 OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
- 1.16 INFORMATIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI
- 1.17 OPERACIONALIZAÇÃO DA SUTRAM
- 1.18 OPERACIONALIZAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE TRANSPORTE
- 1.19 OPERACIONALIZAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
- 1.20 OPERACIONALIZAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS
- 1.21 OPERACIONALIZAÇÃO DA SUBSECRETARIA TRIBUTÁRIA
- 1.22 OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - BNDS / SMF
- 1.23 OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
- 1.24 OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- 1.25 OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES COMUNITÁRIAS
- 1.26 OPERACIONALIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI



- 1.27 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA EXECUTIVA DO PREFEITO
- 1.28 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO
- 1.29 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
- 1.30 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
- 1.31 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE GOVERNO
- 1.32 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- 1.33 OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL
- 1.34 OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
- 1.35 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
- 1.36 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
- 1.37 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA
- 1.38 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- 1.39 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
- 1.40 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E CONTROLE URBANO
- 1.41 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
- 1.42 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
- 1.43 OPERACIONALIZAÇÃO DO GABINETE DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
- 1.44 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DO SAPÉ, BADU E MATAPACA
- 1.45 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DO BARRETO
- 1.46 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DO CENTRO
- 1.47 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DA ENGENHOCA
- 1.48 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DO FONSECA
- 1.49 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DE ICARAÍ
- 1.50 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DO INGÁ
- 1.51 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DE PENDOTIBA
- 1.52 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DAS PRAIAS OCEÂNICAS
- 1.53 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DE SANTA BÁRBARA
- 1.54 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DE SANTA ROSA
- 1.55 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DE SÃO FRANCISCO
- 1.56 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DO RIO DO OURO
- 1.57 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA REGIONAL DO CARAMUJO E ITITIOCA
- 1.58 OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
- 1.59 OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO
- 1.60 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
- 1.61 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
- 1.62 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
- 1.63 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SUBSECRETARIA DE HABITAÇÃO
- 1.64 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA URBANA E LEGALIZAÇÃO FUNDIÁRIA VINCULADA À AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
- 1.65 MODERNIZAÇÃO DO ARQUIVO TÉCNICO
- 1.66 ELABORAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BASE GEOPROCESSADA DA CARTOGRAFIA OFICIAL DE NITERÓI
- 1.67 INFORMATIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E PARCELAMENTO
- 1.68 ELABORAÇÃO DOS PLANOS URBANÍSTICOS REGIONAIS PENDOTIBA E LESTE
- 1.69 REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE NITERÓI - LEI 1157/92

- 1.70 ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE DRENAGENS DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO
- 1.71 ELABORAÇÃO DO MACROZONEAMENTO AMBIENTAL DE NITERÓI
- 1.72 CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL
- 1.73 ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
- 1.74 OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

**SETOR: ADMINISTRAÇÃO**

**ÓRGÃO: SECRETARIA EXECUTIVA DO PREFEITO**  
**PROGRAMAS E AÇÕES**

Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
<b>PROGRAMA: 0009 – DIVULGAÇÃO OFICIAL</b>		
<b>OBJETIVO: Garantir a publicidade de atos oficiais.</b>		
9.1 DIVULGAÇÃO DE MATÉRIAS DE INTERESSE PÚBLICO	PUBLICAÇÃO VEICULADA	PERCENTUAL 100%

**SETOR: ADMINISTRAÇÃO**

**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**  
**PROGRAMAS E AÇÕES**

Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
<b>PROGRAMA: 0015 - PLENÁRIAS PARTICIPATIVAS</b>		
<b>OBJETIVO: Realizar através das Secretarias Regionais, plenárias participativas e prestação de contas junto a população.</b>		
15.1 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL	PLENÁRIA OFERTADA POR REGIÃO E TEMAS	UNIDADE 06

**PROGRAMA: 0016 - PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL**

**OBJETIVO: Promover através das Secretarias Municipais, encaminhamentos das prioridades definidas, para sua realização, através de um cronograma prévio, e acompanhamento para prestação de contas em plenárias específicas.**

16.1 PARTICIPAÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL ENVOLVIDA	UNIDADE 12
--	--------------------------------	------------

**PROGRAMA: 0017 - DIVULGAÇÃO, INFORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS AGENTES**

**OBJETIVO: Organizar junto com a sociedade civil e órgãos de pesquisa, palestras, cursos, seminários e etc, voltados para os diversos agentes sociais, que participam na elaboração, acompanhamento e realização, com a finalidade de capacitar, disseminar, divulgar e fiscalizar o Orçamento Participativo.**

17.1 CAPACITAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS COM A FINALIDADE DE DIVULGAR E FISCALIZAR O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	AGENTE SOCIAL ENVOLVIDO	CATEGORIA PRESENTE PALESTRA / CURSO / SEMINÁRIO	UNIDADE 6.000
			UNIDADE 15
			UNIDADE 100

**SETOR: ADMINISTRAÇÃO**

**ÓRGÃO: SECRETARIA DE GOVERNO**  
**PROGRAMAS E AÇÕES**

Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
<b>PROGRAMA: 0009 – DIVULGAÇÃO OFICIAL</b>		
<b>OBJETIVO: Garantir a publicidade de atos oficiais.</b>		
9.2 DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS	PUBLICAÇÃO VEICULADA	PERCENTUAL 100%

**SETOR: SEGURANÇA PÚBLICA**

**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA**  
**PROGRAMAS E AÇÕES**

Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
<b>PROGRAMA: 0022 - POSTURAS MUNICIPAIS</b>		
<b>OBJETIVO: Coordenar as ações relativas a fiscalização das posturas municipais referentes ao uso das vias e logradouros públicos.</b>		
22.1 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE RÁDIO	SISTEMA DE RÁDIO IMPLANTADO	UNIDADE 01
22.2 IMPLANTAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS	FROTA DE VEÍCULOS IMPLANTADA	UNIDADE 10
22.3 IMPLANTAÇÃO DE SITEMAS DE CÂMERAS DE SEGURANÇA EM DIVERSOS LOUGRADOROS PÚBLICOS DO NOSSO MUNICÍPIO	SISTEMA DE CÂMERAS IMPLANTADAS	UNIDADE 40

**PROGRAMA: 0023 - GUARDA COMUNITÁRIA**  
**OBJETIVO: Planejar e coordenar as ações de segurança no Município no que tange ao bem estar dos cidadãos.**

23.1 PROJETO PATRULHAMENTO NOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS	PATRULHAMENTO NTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
23.2 PROJETO PATRULHAMENTO NA ORLA MARÍTIMA	PATRULHAMENTO NTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
23.3 PROJETO PATRULHAMENTO NOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS	PATRULHAMENTO NTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
23.4 PROJETO PATRULHAMENTO NAS FEIRAS LIVRES	PATRULHAMENTO NTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
23.5 PROJETO PATRULHAMENTO RONDA ESCOLAR	PATRULHAMENTO NTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
23.6 PROJETO PATRULHAMENTO DE APOIO À TERCEIRA IDADE	PATRULHAMENTO NTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
23.7 PROJETO PATRULHAMENTO NOS BAIRROS POPULARES	PATRULHAMENTO NTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
23.8 PROJETO PATRULHAMENTO AMBIENTAL	PATRULHAMENTO NTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
23.9 PROJETO INTEGRAÇÃO GUARDA- COMUNIDADE	PATRULHAMENTO NTO IMPLANTADO	PERCENTUAL	100%
23.10 AMPLIAÇÃO DA GUARDA FLORESTAL(AMBIENTAL) ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO	CANDIDATO SELEC.	UNIDADE	150%

**SETOR: ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**PROGRAMAS E AÇÕES**

	Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
--	---------	-------------------	-----------

**PROGRAMA: 0018 - CIDADANIA EM AÇÃO**  
**OBJETIVO: Promover ações preventivas a situações de risco social através de ressocialização, convênio familiar, acolhimento, quando necessário, de forma a possibilitar a proteção da criança e da família.**

18.1 ATENÇÃO A CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E FAMÍLIAS	CRIANÇA/ADOLESCENTE/ FAMÍLIA ATENDIDA	UNIDADE	3.000
18.2 ATENÇÃO A MULHER	MULHER ATENDIDA	UNIDADE	1.500
18.3 ATENÇÃO A PESSOA IDOSA	PESSOA IDOSA ATENDIDA	UNIDADE	1.200
18.4 ATENÇÃO VOLTADA À POPULAÇÃO EM EXTREMA EXCLUSÃO	POPULAÇÃO ATENDIDA	UNIDADE	100
18.5 DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	AÇÃO REALIZADA	UNIDADE	32.000
18.6 GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	TRABALHO/E MPREGO/ RENDA	UNIDADE	6.000
18.7 OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	GERADA CRIANÇA ATENDIDA	UNIDADE	5.000
18.8 ATENÇÃO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	12.000
18.9 AMPLIAR REDE DE ABRIGOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO	ABRIGO IMPLANTADO	UNIDADE	02
18.10 AMPLIAR CASA DE PASSAGEM PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO	CASA DE PASSAGEM IMPLANTADA	UNIDADE	02
18.11 IMPLEMENTAR POLÍTICA DE TRABALHO EM EMPRESAS PARA ADOLESCENTES NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ	ADOLESCENTE CONTRATADO	UNIDADE	500
18.12 AMPLIAR CENTROS DE REFERÊNCIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E MAUS TRATOS	CENTRO DE REFERÊNCIA IMPLANTADO	UNIDADE	02

18.13 AMPLIAÇÃO DA JORNADA DE ATENDIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	PÓLO DE JORNADA AMPLIADA IMPLANTADO	UNIDADE	06
18.14 CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	PESSOA QUALIFICADA	UNIDADE	300
18.15 REALIZAÇÃO DE EVENTOS, SEMINÁRIOS, FÓRUMS	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	02
18.16 AMPLIAÇÃO DE TRANSPORTE EFICIENTE	VEÍCULO	UNIDADE	10

**SETOR: PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**ÓRGÃO: INST. DE BENEFÍCIOS E ASSIST. AOS SERVIDORES MUNICIPAIS**  
**PROGRAMAS E AÇÕES**

Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
---------	-------------------	-----------

**PROGRAMA: 0003 – ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR**  
**OBJETIVO: Proporcionar renda ao servidor mediante concessão dos benefícios previstos em lei.**

3.3 ENCARGOS COM PENSÕES	PENSIONISTA BENEFICIADO	UNIDADE	2.311
3.4 ENCARGOS COM APOSENTADOS	APOSENTADO BENEFICIADO	UNIDADE	917

**SETOR: SAÚDE**  
**ÓRGÃO: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**PROGRAMAS E AÇÕES**

Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
---------	-------------------	-----------

**PROGRAMA: 0038 - ASSISTÊNCIA MÉDICA**  
**OBJETIVO: Promover o acesso eqüitativo e universal da população aos serviços ambulatoriais, de emergência e hospitalares no SUS.**

38.1 EXPANSÃO DO PROGRAMA MÉDICO DE FAMÍLIA	COBERTURA DO PROGRAMA AMPLIADA	PERCENTUAL	45%
38.2 IMPLANTAÇÃO DO PRONTO SOCORRO DA REGIÃO OCEÂNICA	PRONTO SOCORRO IMPLANTADO	UNIDADE	01
38.3 IMPLANTAÇÃO DA MATERNIDADE MUNICIPAL	MATERNIDADE IMPLANTADA	UNIDADE	01
38.4 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	PROGRAMA EM FUNCIONAMENTO	UNIDADE	01
38.5 OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AMBULATORIAL, DE EMERGÊNCIA E HOSPITALAR	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	200.000
38.6 OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	AÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	UNIDADE	2.000
38.7 OPERACIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR AO SERVIDOR	INTERNAÇÃO/CONSULTA	UNIDADE	300
38.8 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PESSOA CAPACITADA	PERCENTUAL	30%
38.9 OPERACIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS	EQUIPE DE SUPORTE BÁSICO E AVANÇADO À VIDA MANTIDA	UNIDADE	04
38.9 EXPANSÃO DAS ATIVIDADES AMBULATORIAL, DE EMERGÊNCIA E HOSPITALAR	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	85.000

**SETOR: EDUCAÇÃO**  
**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMAS E AÇÕES**

Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
---------	-------------------	-----------

**PROGRAMA: 0025 – EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL**  
**OBJETIVO: Assegurar o atendimento as crianças e alunos em creches, pré- escolas e escolas da rede municipal de ensino.**

25.1 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DEFICIÊNCIAS E CARÊNCIAS	DEFICIÊNCIA E CARÊNCIAS DETECTADAS	PERCENTUAL	100%
25.2 PROJETO HIGIENE BUCAL	ALUNO ATENDIDO	PERCENTUAL	100%
25.3 BOLSA ESCOLA	FAMÍLIA BENEFICIADA	UNIDADE	2.500

25.4 RECREAÇÃO, OFICINAS E EVENTOS COMUNITÁRIOS	ALUNO BENEFICIADO	PERCENTUAL	100%
25.5 INCLUSÃO À TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA	MUNÍCIPE ATENDIDO	UNIDADE	9.000
<b>PROGRAMA: 0027 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</b>			
<b>OBJETIVO: Contribuir para a escolarização de jovens e adultos que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental.</b>			
27.1 IMPLEMENTAÇÃO E EXPANSÃO DO SISTEMA DE MÓDULOS COM ORIENTAÇÃO DE PROFESSORIS DA EDUCAÇÃO	JOVEM / ADULTO ATENDIDO	UNIDADE	500
27.2 AULAS PRESENCIAIS DIÁRIAS PARA ALFABETIZAÇÃO ATRAVÉS DE NÚCLEO AVANÇADO DO CENTRO DE ENSINO SUPLETIVO	JOVEM / ADULTO ATENDIDO	UNIDADE	200
27.3 CRIAÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA DESTINADOS A JOVENSE LOCALIZADOS EM BAIRROS	CENTRO CRIADOR	UNIDADE	03

<b>SETOR: EDUCAÇÃO</b>			
<b>ÓRGÃO: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>			
<b>PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta 2005</b>

<b>PROGRAMA: 0029 – EDUCAÇÃO INFANTIL</b>			
<b>OBJETIVO: Assegurar o atendimento as crianças carentes de 0 a 6 anos em creches e pré- escolas, em tempo integral, possibilitando à família e à criança a garantia plena da cidadania.</b>			
29.1 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA NA CRECHE	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	5.961
29.2 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PROFESSOR CAPACITADO	PERCENTUAL	100%
29.3 OPERACIONALIZAÇÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL - UMEI	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	1.519
29.4 MUNICIPALIZAÇÃO DE UNIDADE PRÉ-ESCOLAR	UNIDADE BENEFICIADA	UNIDADE	02
29.5 APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DA REDE ESCOLAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADE BENEFICIADA	UNIDADE	15
<b>PROGRAMA: 0030 – EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E ESPECIAL</b>			
<b>OBJETIVO: Proporcionar educação para crianças na faixa etária obrigatória (7 a 14 anos preceito constitucional) e crianças portadoras de necessidades especiais, com embasamento na proposta pedagógica inclusiva.</b>			
30.1 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	17.500
30.2 APARELHAMENTO E REAPARELHAMENTO DA REDE ESCOLAR E DA SEDE	UNIDADE BENEFICIADA	UNIDADE	80
30.3 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - PNEE	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	1.550
30.4 PROJETOESPECIAIS	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	18.000
30.5 IMPLANTAÇÃO DO FUNDEF	ALUNO / PROFESSOR BENEFICIADO	UNIDADE	18.000
30.6 IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL	PROFESSOR BENEFICIADO	UNIDADE	1.031
30.7 INFORMÁTICA EDUCATIVA	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	17.220

<b>SETOR: EDUCAÇÃO</b>			
<b>ÓRGÃO: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>			
<b>PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta 2005</b>
<b>PROGRAMA: 0031 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</b>			
<b>OBJETIVO: Promover assistência alimentar ao educando, visando o seu desenvolvimento físico e mental.</b>			
31.1 OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO / MERENDA ESCOLAR	ALUNO BENEFICIADO	UNIDADE	25.500
31.2 TREINAMENTO EM SERVIÇO – COZINHA EXPERIMENTAL	MERENDEIRA TREINADA	UNIDADE	210

<b>PROGRAMA: 0032 – EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA ESCOLAR</b>			
<b>OBJETIVO: Promover a expansão do atendimento escolar e melhoria das condições físicas e materiais da rede escolar.</b>			

32.1 CONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR	UNIDADE ESCOLAR CONSTRUÍDA / AMPLIADA	UNIDADE	03
32.2 CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE ESPORTE	QUADRA DE ESPORTE CONSTRUÍDA	UNIDADE	02
32.3 CONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL	UNIDADE ESCOLAR CONSTRUÍDA / AMPLIADA	UNIDADE	04
32.4 CENTRO DE REFERÊNCIA - PNEE	CENTRO DE REFERÊNCIA CONSTRUÍDO	UNIDADE	01
32.5 REFORMAS/ CONsertos/ REPAROS NA REDE FÍSICA ESCOLAR	UNIDADE BENEFICIADA	UNIDADE	20

**SETOR: CULTURA**  
**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**  
**PROGRAMAS E AÇÕES**

Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
---------	-------------------	-----------

**PROGRAMA: 0026 - CULTURA PARA TODOS**  
**OBJETIVO: Preservar, incentivar e divulgar a cultura em todo o município.**

26.1 ENCONTRO DE INTEGRAÇÃO CULTURAL ENTRE CIDADES E ESTADOS	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	01
26.2 PRODUÇÕES CULTURAIS	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	267
26.3 CURSO DE INTRODUÇÃO À CULTURA	CIDADÃO ATENDIDO	UNIDADE	700
26.4 SEMANA DE HOMENAGEM	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	02

**SETOR: CULTURA**  
**ÓRGÃO: FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI**  
**PROGRAMAS E AÇÕES**

Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
---------	-------------------	-----------

**PROGRAMA: 0026 - CULTURA PARA TODOS**  
**OBJETIVO: Divulgar a dança, a música, o teatro e outras formas de manifestação artística e literária, suas novas tendências, e estimular a apreciação e participação.**

26.5 MANUTENÇÃO DA COMPANHIA DE BALLET	APRESENTAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	38
26.6 PRODUÇÕES DO TEATRO MUNICIPAL			
PEÇAS DE TEATRO	ESPETÁCULO REALIZADO	UNIDADE	18
ESPETÁCULOS DE MÚSICA	APRESENTAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	101
CONCURSOS DE MÚSICA	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	01
ESPETÁCULOS DE DANÇA	APRESENTAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	05
MANUTENÇÃO	SERVIÇO REALIZADO	UNIDADE	29



26.7 EVENTOS CULTURAIS -			
COORDENAÇÕES FAN (*)	EVENTO	UNIDADE	07
PRODUÇÃO DE LIVROS	REALIZADO		
	EVENTO	UNIDADE	10
PRODUÇÃO DE CD'S	REALIZADO		
	EVENTO	UNIDADE	03
PRODUÇÕES DE VÍDEOS E CD-ROM	REALIZADO		
	EVENTO	UNIDADE	66
EXPOSIÇÕES	REALIZADO		
	EVENTO	UNIDADE	62
CURSOS DE ARTES (OFICINAS)	REALIZADO		
	APRESENTAÇÃO	UNIDADE	444
ESPETÁCULOS DE MÚSICA	REALIZADA		
	EVENTO	UNIDADE	01
CONCURSOS LITERÁRIOS	REALIZADO		
	EVENTO	UNIDADE	01
MOSTRA DE CINEMA	REALIZADO		
	SERVIÇO	UNIDADE	02
IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PORTAIS	REALIZADO		
	SERVIÇO	UNIDADE	01
IMPLANTAÇÃO CONTEÚDO PORTAL DE CULTURA DE NITERÓI	REALIZADO		
	SERVIÇO	UNIDADE	21
PRODUÇÃO DE INFORMATIVOS IMPRESSOS E DIGITALIZADOS	REALIZADO		

(\*) COORDENAÇÕES FAN: NITERÓI ARTES, NITERÓI LIVROS, NITERÓI DISCOS, PRODUÇÃO CULTURAL, PROJETOS PEDAGÓGICOS, PROJETOS ESPECIAIS, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA E SALA JOSÉ CÂNDIDO CARVALHO

26.8 MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA			
EXPOSIÇÕES	EVENTO	UNIDADE	08
	REALIZADO		
SEMINÁRIOS SOBRE MUSEUS	EVENTO	UNIDADE	02
	REALIZADO		
CURSOS	EVENTO	UNIDADE	03
	REALIZADO		
MANUTENÇÃO	SERVIÇO	UNIDADE	47
	REALIZADO		
26.9 SALA CARLOS COUTO			
EXPOSIÇÕES	EVENTO	UNIDADE	10
	REALIZADO		
PEQUENOS RECITAIS	APRESENTAÇÃO	UNIDADE	16
	REALIZADA		
LANÇAMENTO DE LIVROS	EVENTO	UNIDADE	10
	REALIZADO		

SETOR: CULTURA  
ÓRGÃO: FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI  
PROGRAMAS E AÇÕES                      Produto                      Unidade de Medida                      Meta 2005

PROGRAMA: 0026 - CULTURA PARA TODOS  
OBJETIVO: Divulgar a dança, a música, o teatro e outras formas de manifestação artística e literária, suas novas tendências, e estimular a apreciação e participação.

26.10 SOLAR DO JAMBEIRO			
EXPOSIÇÕES	EVENTO	UNIDADE	04
	REALIZADO		
SEMINÁRIOS	EVENTO	UNIDADE	10
	REALIZADO		
RECITAIS	APRESENTAÇÃO	UNIDADE	12
	REALIZADA		
MANUTENÇÃO	SERVIÇO	UNIDADE	08
	REALIZADO		
26.11 CENTRO CULTURAL PASCHOAL CARLOS MAGNO			
EXPOSIÇÕES	EVENTO	UNIDADE	20
	REALIZADO		
CURSOS	EVENTO	UNIDADE	03
	REALIZADO		
26.12 SALAS DE LEITURA			
	EVENTO	UNIDADE	439
	REALIZADO		

PROGRAMA: 0028 - PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL E CULTURAL  
OBJETIVO: Preservar o patrimônio cultural de Niterói.

28.1 OPERACIONALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO E MEMÓRIA CULTURAL			
SEMINÁRIOS	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	01
PRODUÇÃO DE LIVROS	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	01
ESTUDOS PARA REVITALIZAÇÃO DO AMBIENTE URBANO	SERVIÇO REALIZADO	UNIDADE	01
LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DOS IMÓVEIS PRESERVADOS	SERVIÇO REALIZADO	UNIDADE	01

SETOR: URBANISMO

ÓRGÃO: GRUPO EXECUTIVO DO CAMINHO NIEMEYER

PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
-------------------	---------	-------------------	-----------

PROGRAMA: 0010 – SERVIÇOS PÚBLICOS

OBJETIVO: Revitalizar o centro da cidade de Niterói, criando condições de melhorias dos serviços públicos.

10.1 OPERACIONALIZAÇÃO DO CAMINHO NIEMEYER	OBRA REALIZADA	PERCENTUAL	10%
--	----------------	------------	-----

SETOR: URBANISMO

ÓRGÃO: EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO

PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
-------------------	---------	-------------------	-----------

PROGRAMA: 0039 - SANEAMENTO URBANO

OBJETIVO: Proporcionar ao Município melhores condições de vida em seus elementos mais significantes: urbanismo, saúde e educação.

39.1 VIDA NOVA NO MORRO	MORRO ATENDIDO	UNIDADE	20
39.2 MANUTENÇÃO DE PRAÇAS	PRAÇA URBANIZADA	UNIDADE	10
39.3 CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REFORMA DE CRECHES E ESCOLAS	CRECHE/ESCOLA CONSTRUÍDA E REFORMADA	UNIDADE	40
39.4 MÉDICO DE FAMÍLIA	POSTO DE ATENDIMENTO CONSTRUÍDO	UNIDADE	04
39.5 CONSTRUÇÃO DE TÚNEL E VIA EXPRESSA	TÚNEL E VIA EXPRESSA CONSTRUÍDOS	UNIDADE	02
39.6 OPERACIONALIZAÇÃO DO CAMINHO NIEMEYER	TEATRO / FUNDAÇÃO / CAPELA EDIFICADOS	PERCENTUAL	10%
39.7 DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E LOGRADOUROS	SERVIÇO REALIZADO	UNIDADE	20
39.8 MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	SERVIÇO REALIZADO	UNIDADE	3.774
39.9 PROJETO MUSEU BR DE CINEMA E COMPLEXO DE SALÃO ESPAÇO BR	MUSEU / COMPLEXO CONSTRUÍDOS	PERCENTUAL	30%
39.10 RECUPERAÇÃO DO CEMITÉRIO SÃO LÁZARO	CEMITÉRIO RECUPERADO	UNIDADE	01
39.11 EXECUÇÃO DE ESTUDOS PARA ECONOMIA DE ENERGIA EM PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS	ESTUDO EXECUTADO	PERCENTUAL	100%
39.12 MODERNIZAÇÃO DA DIVISÃO INDUSTRIAL	DIVISÃO INDUSTRIAL MODERNIZADA	UNIDADE	01
39.13 PROJETO DE USINA DE ASFALTO A QUENTE (CBUQ)	USINA ATIVADA	UNIDADE	01
39.14 CONSTRUÇÃO DE VIA SUBTERRÂNEA	VIA SUBTERRÂNEA CONSTRUÍDA	UNIDADE	01
39.15 RECUPERAÇÃO DO HORTO MUNICIPAL DE ITAIPU	HORTO RECUPERADO	UNIDADE	01
39.16 PAGAMENTO DA COTA MÍNIMA PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA NO ACESSO A ÁGUA E ESGOTO(CARTÃO SANEAMENTO BÁSICO)	CARTÃO SANEAMENTO BÁSICO	UNIDADE	VÁRIAS

SETOR: URBANISMO

ÓRGÃO: EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO (SUTRAM)

PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
PROGRAMA: 0024 - TRÂNSITO LIVRE			
<b>OBJETIVO: Modernizar e dinamizar o trânsito de veículos e reduzir os acidentes.</b>			
24.3 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	03
24.4 MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO E SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA	MANUTENÇÃO/INSTALAÇÃO REALIZADA	PERCENTUAL	100%
24.5 CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE SINALIZAÇÃO VOLTADO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL INSTALADOS NOS PONTOS DE ÔNIBUS	PROGRAMA DE SINALIZAÇÃO CRIADO	UNIDADE	01
24.6 SINALIZAÇÃO DO CIRCUITO E PRÁTICA DE CICLISMO	SINALIZAÇÃO REALIZADA	UNIDADE	01
24.7 REDEFINIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO C/ BASE EM ESTUDOS SIMULTANEOS DO USO DO SOLO E TRANSPORTE CONSIDERANDO A CAPACIDADE DAS VIAS DO ATUAL SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO COM A IMPLANTAÇÃO A CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO.	ESTUDO REALIZADO	PERCENTUAL	85%
24.8 SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE COLETIVO NA REGIÃO OCEÂNICA	PROJETO	PERCENTUAL	85%

SETOR: URBANISMO

ÓRGÃO: SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
PROGRAMA: 0007 – DEFESA CONTRA SINISTROS			
<b>OBJETIVO: Atender a população contra sinistros ocorridos; evitar ou sanar qualquer situação adversa ou anormal previsível.</b>			
7.1 COORDENAÇÃO DA DEFESA CIVIL, INTEGRADA AS DEMAIS INSTÂNCIAS E SETORES GOVERNAMENTAIS	ATENDIMENTO REALIZADO	PERCENTUAL	100%
7.2 CONSTRUÇÃO DE MUROS DE ARRIMO	MURO CONSTRUÍDO	UNIDADE	50
7.3 IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE DEFESA CIVIL	NÚCLEO IMPLANTADO	UNIDADE	15
PROGRAMA: 0008 – CIDADE LIMPA			
<b>OBJETIVO: Atender as emergências e a manutenção da rede de drenagem pluvial de rios e canais, bem como levantamento da situação das instalações e equipamentos públicos.</b>			
8.1 OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIAIS	SERVIÇO REALIZADO	PERCENTUAL	100%

SETOR: HABITAÇÃO

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E CONTROLE URBANO

PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
PROGRAMA: 0046 - HABITAÇÃO PARA TODOS			
<b>OBJETIVO: Prover o município de ações que possibilitem o atendimento à questão da habitabilidade de baixa renda.</b>			
46.1 AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA PROGRAMAS HABITACIONAIS	TERRENO ADQUIRIDO	M²	20.000
46.2 EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA EM ÁREAS HABITACIONAIS DE BAIXA RENDA	OBRA EXECUTADA	UNIDADE	50
46.3 PROGRAMA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	COMUNIDADE REGULARIZADA	UNIDADE	30
46.4 LEVANTAMENTOS E ESTUDOS	ESTUDO REALIZADO	UNIDADE	20
46.5 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	UNIDADE CONSTRUÍDA	UNIDADE	200

SETOR: SANEAMENTO

ÓRGÃO: COMPANHIA DE LIMPEZA DE NITERÓI

PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
<b>PROGRAMA: 0008 - CIDADE LIMPA</b>			
<b>OBJETIVO: Executar a limpeza em áreas e vias públicas.</b>			
8.2 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS	LOGRADOURO PÚBLICO LIMPO	TONELADA	46.800
8.3 LIMPEZA DE MONUMENTOS	MONUMENTO LIMPO	M²	40
8.4 LIMPEZA DE PRAIAS	PRAIA LIMPA	M²	3.650
8.5 LIMPEZA DE FEIRAS LIVRES	FEIRA LIVRE LIMPA	M²	624

**PROGRAMA: 0040 - LIMPEZA PÚBLICA**

**OBJETIVO: Reciclar os resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos em matéria- prima reaproveitável.**

40.1 PROJETO TRANSFORMANDO O LIXO	LIXO RECICLADO	TONELADA	1.200
40.2 IMPLANTAÇÃO DE POSTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV	POSTO IMPLANTADO	UNIDADE	36

**PROGRAMA: 0041 - COMUNIDADE EM AÇÃO**

**OBJETIVO: Incentivar a limpeza nas comunidades carentes.**

41.1 ZELADOR COMUNITÁRIO	COMUNIDADE BENEFICIADA	UNIDADE	600
41.2 SÁBADO É DIA DE FAXINA	COMUNIDADE BENEFICIADA	UNIDADE	96

**PROGRAMA: 0042 - COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

**OBJETIVO: Remoção regular de resíduos sólidos hospitalares e domiciliares.**

42.1 COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUO SÓLIDO DOMICILIAR	RESÍDUO CLASSE II COLETADO	TONELADA	139.200
42.2 COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE	RESÍDUO CLASSE I COLETADO	TONELADA	1.440

SETOR: SANEAMENTO

ÓRGÃO: COMPANHIA DE LIMPEZA DE NITERÓI

PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
-------------------	---------	-------------------	-----------

**PROGRAMA: 0043 - CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS**

**OBJETIVO: Acabar com a proliferação do mosquito “Aedes Aegypti”, através de visitas a residências, prédios comerciais e industriais.**

43.1 JOGUE A DENGUE NO LIXO	REJEITO RECOLHIDO	TONELADA	300
-----------------------------	-------------------	----------	-----

**PROGRAMA: 0044 - SAÚDE AMBIENTAL**

**OBJETIVO: Urbanizar a área utilizada como aterro no Morro do Céu.**

44.1 OPERAÇÃO ATERRO MORRO DO CÉU	RESÍDUO SÓLIDO GERENCIADO	TONELADA	276.000
44.2 NOVO ATERRO SANITÁRIO	ATERRO SANITÁRIO IMPLANTADO	UNIDADE	01
44.3 REFLORESTAR	SERVIÇO EXECUTADO	UNIDADE	15.000
44.4 LIMPEZA DE ENCOSTAS	SERVIÇO EXECUTADO	UNIDADE	528

SETOR: GESTÃO AMBIENTAL

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

PROGRAMAS E AÇÕES	Produto	Unidade de Medida	Meta 2005
-------------------	---------	-------------------	-----------

**PROGRAMA: 0033 – SANEAMENTO AMBIENTAL BÁSICO**

**OBJETIVO: Prover saneamento ambiental básico para eliminar as condições ambientais responsáveis pela ocorrência de agravos ou que ofereçam riscos iminentes.**

33.1 CAMPANHA EDUCATIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	CAMPANHA REALIZADA	UNIDADE	10
---	--------------------	---------	----

**PROGRAMA: 0034 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**OBJETIVO: Promover a conscientização e a capacitação da coletividade na prevenção e solução dos problemas ambientais.**

34.1 PROMOÇÃO DE EVENTOS PERIÓDICOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	06
---	------------------	---------	----

**PROGRAMA: 0035 – REFLORESTAMENTO NAS ENCOSTAS**

**OBJETIVO: Recuperar áreas degradadas com vistas à sua reincorporação ao processo produtivo.**

35.1 IMPLANTAÇÃO DO REFLORESTAMENTO, MANUTENÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE TODAS AS ÁREAS DEGRADADAS	ÁREA DEGRADADA REFLORESTADA	UNIDADE	03
---	-----------------------------------	---------	----

**SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA E**  
**TECNOLOGIA**

<b>PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta 2005</b>
--------------------------	----------------	--------------------------	------------------

**PROGRAMA: 0006 - INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

**OBJETIVO:** Democratizar o acesso às tecnologias de informação e comunicação, e incentivar a cultura digital na cidade de Niterói.

6.1 BIBLIOTECAS DIGITAIS DA CIDADANIA	BIBLIOTECA CRIADA	UNIDADE	02
6.2 EVENTOS, ENCONTROS E SEMINÁRIOS TEMÁTICOS	EVENTO / ENCONTRO / SEMINÁRIO REALIZADO	UNIDADE	10
6.3 PUBLICAÇÕES DE PESQUISAS, LIVROS TÉCNICOS E PERIÓDICOS	PESQUISA / LIVRO TÉCNICO / PERIÓDICO PUBLICADO	UNIDADE	04

**PROGRAMA: 0019 - PROMOÇÃO INTERNA DO COMÉRCIO**

**OBJETIVO:** Incrementar a promoção do comércio, numa perspectiva de aumentar o desenvolvimento econômico.

19.1 PROJETO PÓLO PESQUEIRO COLÔNIA DE PESCA	COLÔNIA DE PESCA E ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES ARTESANAIS PROFISSIONAIS PROJETO	UNIDADE	01
19.2 INDUSTRIA SEM CHAMINÉ	IMPLANTADO	UNIDADE	01

**PROGRAMA: 0020 - PÓLO DE PESQUISA E CRIAÇÃO**

**OBJETIVO:** Fortalecer a estrutura produtiva do setor da moda em Niterói, criando novas oportunidades de negócios.

20.1 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SETOR DA MODA	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	40
---	-------------------	---------	----

**PROGRAMA: 0021 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

**OBJETIVO:** Ampliar as oportunidades de trabalho e renda para a população de Niterói.

21.1 PROGRAMA DE MONTAGEM E AMPLIAÇÃO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS	POSTO DE TRABALHO CRIADO	UNIDADE	100
21.2 CONCESSÃO DE CRÉDITO E INCENTIVOS AOS PEQUENOS E MÉDIOS EMPREENDEDORES	OPERAÇÃO CONTRATADA	UNIDADE	10

**SETOR: TRANSPORTE**

**ÓRGÃO: NITERÓI TERMINAIS RODOVIÁRIOS**

<b>PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta 2005</b>
--------------------------	----------------	--------------------------	------------------

**PROGRAMA: 0045 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO**

**OBJETIVO:** Proporcionar aos usuários condições de uso do terminal e as empresa de ônibus condições de tráfego.

45.1 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO	USUÁRIO ATENDIDO ÔNIBUS	UNIDADE	870.00
	ATENDIDO TERMINAL	UNIDADE	0
			16.000
45.2 REFORMA DO TERMINAL RODOVIÁRIO	RODOVIÁRIO REFORMADO	UNIDADE	01

**SETOR: DESPORTO E LAZER**

**ÓRGÃO: NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO**

<b>PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta 2005</b>
--------------------------	----------------	--------------------------	------------------

**PROGRAMA: 0011 – LAZER COMUNITÁRIO**

**OBJETIVO:** Preservar e incentivar as manifestações de lazer, através de festejos folclóricos, religiosos e cívicos.

11.1 EVENTOS POPULARES	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	122
------------------------	------------------	---------	-----

<b>PROGRAMA: 0014 – TURISMO EM NITERÓI</b>			
<b>OBJETIVO: Divulgação dos pontos turísticos de Niterói e atrair investimentos para a cidade.</b>			
14.1 CENTRO DE ATENDIMENTO AO TURISTA	TURISTA ATENDIDO	PERCENTUAL	100%
14.2 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	10

<b>SETOR: DESPORTO E LAZER</b>			
<b>ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES</b>			
<b>PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Meta 2005</b>
<b>PROGRAMA: 0012 - ESPORTE SOLIDÁRIO</b>			
<b>OBJETIVO: Diminuir a exclusão social dos jovens pela prática esportiva.</b>			
12.1 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	20
12.2 PROJETO NOMES	PROJETO REALIZADO	UNIDADE	20
12.3 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DE PÓLOS CENTRO DE INICIAÇÃO DESPORTIVA (CID)	PÓLO CONSTRUÍDO	UNIDADE	50
12.4 ATENDIMENTO A CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS	PESSOA ATENDIDA	UNIDADE	12.000
12.5 PROMOÇÃO DE EVENTOS TÉCNICOS	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	12
12.6 PROMOÇÃO DE EVENTOS DE LAZER E RECREAÇÃO	EVENTO REALIZADO	UNIDADE	50
12.7 PROMOÇÃO DE JOGOS ESCOLARES	ESCOLA ENVOLVIDA	UNIDADE	80
12.8 COMPETIÇÕES DOS JOGOS ABERTOS DO INTERIOR (JAI)	ATLETA ENVOLVIDO	UNIDADE	200
12.9 CONSTRUÇÃO DE PISTAS DE SKATE E INFRA-ESTRUTURA EM DIFERENTES BAIRROS	PISTA CONSTRUÍDA	UNIDADE	15
12.10 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	PESSOA CAPACITADA	UNIDADE	80
<b>PROGRAMA: 0013 - CO- PATROCÍNIO</b>			
<b>OBJETIVO: Divulgar a imagem do município associada ao nome de atletas reconhecidos mundialmente.</b>			
13.1 CO-PATROCÍNIO EM ESPORTES	PATROCÍNIO REALIZADO	UNIDADE	30





















**Lei nº 2162 de 28 de julho de 2004.**

A Câmara Municipal de Niterói decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal, incumbido de denominar uma das vias de Niterói “Rua Jurista Raymundo Faoro”, renomado escritor, imortal e Jurista do Estado do Rio de Janeiro e do País.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Niterói, 28 de julho de 2004.

Godofredo Pinto – Prefeito

(Proj.: 67/2003 – Aut.: Ver. Afrânio Siqueira)

**DECRETO Nº 9348/2004**

O Prefeito Municipal de Niterói, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no item I, do art.8º, da Lei 2117/03, publicada em 29 de dezembro de 2003.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º** - Fica criado na Unidade Orçamentária – Fundação Municipal de Saúde, no programa de trabalho 2542.103020038.2142, nos elementos de despesa 3390.04, 3390.14, 3390.30, 3390.33, 3390.36 e 3390.39, a fonte 207.

**Art. 2º** - Fica aberto crédito suplementar no valor de R\$ 99.856,76 (Noventa e nove mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos), para reforço de dotações orçamentárias, na forma do anexo.

**Art. 3º** - O crédito de que trata o artigo anterior será compensado na forma do disposto no inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº. 4320, de 17 de março de 1964, com anulação de igual valor no saldo de dotações orçamentárias, na forma do anexo.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Niterói, 28 de julho de 2004.

Godofredo Pinto - Prefeito

Juliana Carneiro - Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

**Anexo ao Decreto n.º 9348/2004**

CÓDIGO			VALORES EM R\$	
DO PROGRAMA DE TRABALHO	DE ELEMENTO	FONTE	REFORÇO	COMPENSAÇÃO
2542.103020038.2142	3390.04	207	16.261,57	
2542.103020038.2142	3390.14	207	18.200,00	
2542.103020038.2142	3390.30	207	10.000,00	
2542.103020038.2142	3390.33	207	17.117,43	
2542.103020038.2142	3390.36	207	19.749,76	
2542.103020038.2142	3390.39	207	18.528,00	
2542.103020038.2142	3390.04	102		16.261,57
2542.103020038.2142	3390.14	102		18.200,00
2542.103020038.2142	3390.30	102		10.000,00

2542.103020038.214 2	3390.33	102		17.117,43
2542.103020038.214 2	3390.36	102		19.749,76
2542.103020038.214 2	3390.39	102		18.528,00
		TOTAL	99.856,76	99.856,76

**Portarias**

Torna insubsistente a Portaria nº 1139/2004, publicada em 07/07/2004 (Port. nº 1324/2004).

Torna insubsistente a Portaria nº 1105/2004, publicada em 06/07/2004 (Port. nº 1325/2004).

Considera nomeada, a contar de 07/07/2004, Ruth Ramos dos Santos para o cargo de Assessor A, CC- 1, da Secretaria de Governo, em vaga decorrente da exoneração de Denise Rangel Vaz (Port. nº 1326/2004).

**Corrigenda**

Na Portaria nº 1291/2004, publicada em 22/07/2004, onde se lê: Jansen de Carvalho Teixeira, leia-se: Jansen de Carvalho Pereira.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Despachos do Secretário**

Cancelamento da AFMNIT – Deferido  
20/3046/2004 – Ayrton de Oliveira Becalle

Pagamento de dias trabalhados – Deferido  
20/2623/2004 – Graziela Vieira de Freitas

Licença especial em dobro – Deferido  
20/2619/2004 – Tania Genilda da Cruz Gonçalves

Abono refeição – Deferido  
20/3192/2004 – Ricardo Barcelos Boia

Auxílio transporte – Deferido  
20/3193/2004 – Ricardo Barcelos Boia

Auxílio gestação – Deferido  
20/3208/2004 – Mônica Pereira de Melo

Comissão de Inquérito Administrativo  
Portaria nº 100/2004 – Proc. 130/305/2004

Edital de Citação  
Citada: Adriana da Silva Xavier, Guarda Municipal, matrícula 235.411- 6

Assunto: apresentar defesa por estar incurso nos artigos 91/93 e 195, inciso XIII, da Lei nº 531/85; Prazo: 20 (vinte) dias, a contar da última publicação, que se fará durante 08 (oito) dias; Fundamentação legal: art. 247 c/c o § 2º do artº. 241, da Lei nº 531/85; Vista dos autos: sala da COPAD, Rua Visconde de Sepetiba nº 987, 5º andar; Horário: 09:00h às 17:30h.

Comissão de Inquérito Administrativo  
Portaria nº 105/2004  
Para secretariá-la, o Presidente designou Rosângela Corôa Alves.

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**Atos do Presidente**

A Secretaria Executiva do Pólo de Educação Permanente da Locorregião Metropolitana II / Baixada Litorânea, de acordo com a Portaria GM / MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004, e

em atenção à deliberação unânime da Plenária de seu Colegiado Gestor, em reunião ordinária de 05 de maio de 2004, faz publicar o Regimento Interno do referido Pólo:

#### Capítulo I – Do Colegiado

Art. 1º - O presente Regimento regula a composição, competência, atribuições e funcionamento do Colegiado Gestor do Pólo de Educação Permanente da Locorregião Baixada Litorânea/Metropolitana 2, que se regerá ainda pela legislação federal específica, seus regulamentos e instrumentos, no que for aplicável, sobretudo a portaria GM/MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004.

#### Capítulo II - Da Definição

Art. 2º - O Colegiado Gestor tem por objetivo: 1) constituir espaço de diálogo e negociação entre os atores das ações e serviços do Sistema Único de Saúde e das instituições formadoras; 2) exercer funções deliberativas, normativas e informativas, sendo responsável pela proposição e incentivo das políticas relativas à formação, desenvolvimento e educação permanente dos trabalhadores de saúde, em todos os níveis de escolaridade; capacitação de profissionais de outras áreas, dos movimentos sociais e da população; 3) estabelecer articulação permanente com o Fórum de Pólos de Educação Permanente em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, os diversos órgãos do Ministério da Saúde - especialmente a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde -, e do Ministério da Educação.

#### Capítulo III - Das Competências

Art. 3º - Compete ao Colegiado Gestor:

I - Mobilizar a formulação e a integração de ações de educação/formação/capacitação dos distintos atores locais;

II – Fomentar processos de transformação das práticas de saúde e de educação na saúde;

III - Deliberar sobre a formulação de estratégias e atuar no controle da execução de Planos Municipais de Educação Permanente, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros;

IV – Apreciar, analisar, deliberar, apoiar e avaliar projetos de Educação Permanente no âmbito da formação técnica, de graduação e de pós-graduação; da organização do trabalho; da interação com as redes de gestão e de serviços de saúde; do controle social.

§ 1º - A avaliação e a acreditação dos planos e projetos deverão considerar como condição relevante a territorialização política e social das necessidades em saúde, compatibilizadas com as características epidemiológicas e demográficas de cada população territorializada.

#### Capítulo IV - Da Composição

Art. 4º - O Colegiado Gestor será composto por representantes do gestor estadual, de gestores municipais (secretarias e fundações), de serviços de saúde, de Conselhos Municipais de Saúde, de instituições formadoras (faculdades, institutos, escolas de saúde pública, núcleos de saúde coletiva, escolas técnicas de saúde, hospitais de ensino), de núcleos de pesquisa em saúde, de organizações estudantis, de organizações de trabalhadores da área da saúde e de movimentos sociais ligados às políticas públicas de saúde.

§ 1º - As funções dos membros representantes do Colegiado Gestor não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante à população.

#### Capítulo V - Das Indicações E Substituições Dos Membros Representantes

Art. 5º - Os membros representantes do Colegiado Gestor deverão ser indicados expressamente, mediante correspondência específica dirigida à Secretaria Executiva, pelo titular ou representante legal da instituição, entidade ou

movimento respectivo, sendo empossados automaticamente, após homologação.

§ 1º - A substituição do(s) membro(s) representante(s), sempre que entendido necessário pela instituição ou entidade representada, também se processará nos termos do "caput" deste artigo.

#### Capítulo VI - Da Organização

Art. 6º - O Colegiado Gestor tem a seguinte organização:

- 1 – Plenária;
- 2 – Secretaria Executiva;
- 3 – Conselho de Gestão.

Art. 7º - A Plenária do Colegiado Gestor é o órgão de deliberação superior, plena e conclusiva, configurada pelas reuniões Ordinárias ou Extraordinárias dos membros representantes.

§ 1º - O Colegiado Gestor poderá contar, durante prazo definido pelo próprio, com assessorias técnicas ou comitês temáticos, solicitados e estabelecidos por sua Plenária, com a finalidade de atender necessidades de seu funcionamento.

§ 2º - A Secretaria Executiva terá como finalidade operacionalizar as atividades do Colegiado Gestor e estará localizada no município sede do Pólo de Educação Permanente da Locorregião.

§ 3º - O Conselho de Gestão terá como finalidade processar as diretrizes e demandas aprovadas pelo Colegiado Gestor, sem qualquer caráter deliberativo. Será composto por 18 (dezoito) membros representantes, conforme a seguinte distribuição: 01 (um) representante do gestor estadual; 01 (um) representante do gestor do município-sede do Pólo (Niterói); 02 (dois) representantes de gestor municipal, sendo 01 (um) representante de cada uma das regiões da locorregião, sem duplicidade de representação do município-sede; 03 (três) representantes de instituições formadoras; 03 (três) representantes do segmento de usuários de Conselhos Municipais de Saúde; 03 (três) representantes de organizações de trabalhadores da área saúde; 03 (três) representantes de organização estudantil da área da saúde; 02 (dois) dois representantes de movimentos sociais da área de saúde.

§ 4º - A indicação dos membros representantes do Conselho de Gestão será feita dentro de cada um dos segmentos que o compõem.

§ 5º - A renovação da composição do Conselho de Gestão dar-se-á no primeiro trimestre do ano, a cada 02 (dois) anos.

#### Capítulo VII - Do Funcionamento

Art. 8º - O Colegiado Gestor se reunirá ordinariamente na primeira semana de cada mês, sendo facultadas as reuniões extraordinárias que se mostrarem necessárias ao desempenho de suas funções.

§ 1º - A convocação de reuniões extraordinárias se dará por deliberação consensual da Plenária do Colegiado Gestor e/ou segundo necessidades emergenciais do Conselho de Gestão.

Art. 9º - As reuniões do Colegiado Gestor terão caráter público, franqueado o acesso a todos os interessados. Apenas terão direito a voz e voto os membros representantes das instituições que se tiverem oficialmente manifestado, nos termos do Art. 5º deste Regimento.

#### Capítulo VIII - Das Disposições Gerais E Transitórias

Art. 10 - As propostas de alteração desse Regimento, para serem admitidas à discussão, deverão estar subscritas por, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos membros representantes do Colegiado Gestor, em efetivo exercício.

§ 1º - Apresentada a proposta em reunião do Colegiado, serão distribuídas cópias aos presentes, convocando-se sessão extraordinária para discussão e votação.



§ 2º - Considerar-se-á aprovada a proposta que obtiver consenso entre os membros representantes do Colegiado Gestor, em efetivo exercício.

Art. 11 - Os casos omissos e não contemplados por esse Regimento Interno serão resolvidos pela Plenária do Colegiado Gestor do Pólo de Educação Permanente.

Art. 12 - Esse Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada qualquer disposição em contrário.

Extrato nº 102/2004; Instrumento: Termo de Contrato de Prestação de Serviço Temporário nº 68/2004; Partes: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Nadia Lucia Soares Teixeira; Objeto: Executar Prestação de Serviços Temporários de Auxiliar de Enfermagem, para atuar exclusivamente no Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU); Prazo: 06 (seis) meses a contar da data de Assinatura; valor Estimado: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), mensais; Verba: P.T. nº 2542.10.122.0001.2136, C.D. nº 3190- 04, fonte nº 207, Nota de Empenho nº 1904/2004; Fundamento: Inciso III, do Art. 89, da Lei Orgânica do Município, Inciso I do Art. 1º da Lei Municipal de nº956/91; Assinatura: 02 de Julho de 2004.

Extrato nº 105/2004; Instrumento: Termo de Contrato de Prestação de Serviço Temporário nº 71/2004; Partes: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Fernando César Passos dos Santos; Objeto: Executar Prestação de Serviços Temporários de Auxiliar de Enfermagem, para atuar exclusivamente no Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU); Prazo: 06(seis) meses a contar da data de Assinatura; valor Estimado: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), mensais; Verba: P.T. nº 2542.10.122.0001.2136, C.D. nº 3190- 04, fonte nº 207, Nota de Empenho nº 1904/2004; Fundamento: Inciso III, do Art. 89, da Lei Orgânica do Município, Inciso I do Art. 1º da Lei Municipal de nº 956/91; Assinatura: 02 de Julho de 2004.

Extrato nº 111/2004; Instrumento: Termo de Contrato de Prestação de Serviço Temporário nº 77/2004; Partes: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Rosangela Ferreira da Silva; Objeto: Executar Prestação de Serviços Temporários de Auxiliar de Enfermagem, para atuar exclusivamente no Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU); Prazo: 06 (seis) meses a contar da data de Assinatura; valor Estimado: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), mensais; Verba: P.T. nº 2542.10.122.0001.2136, C.D. nº 3190- 04, fonte nº 207, Nota de Empenho nº 1904/2004; Fundamento: Inciso III, do Art. 89, da Lei Orgânica do Município, Inciso I do Art. 1º da Lei Municipal de nº 956/91; Assinatura: 02 de Julho de 2004.

Extrato nº 119/2004; Instrumento: Termo de Contrato de Prestação de Serviço Temporário nº 85/2004; Partes: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Carlos Eduardo Oliveira de Carvalho; Objeto: Executar Prestação de Serviços Temporários de Médico, para atuar exclusivamente no Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU); Prazo: 06(seis) meses a contar da data de Assinatura; Valor Estimado: R\$ 2.202,00 (dois mil e duzentos e dois reais), mensais; Verba: P.T. nº 2542.10.122.0001.2136, C.D. nº 3190- 04, fonte nº 207, Nota de Empenho nº 1904/2004; Fundamento: Inciso III, do Art. 89, da Lei Orgânica do Município, Inciso I do Art. 1º da Lei Municipal de nº 956/91; Assinatura: 02 de Julho de 2004.

Extrato nº 122/2004; Instrumento: Termo de Contrato de Prestação de Serviço Temporário nº 88/2004; Partes: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Danielle Cunha de Almeida; Objeto: Executar Prestação de Serviços Temporários

de Médica, para atuar exclusivamente no Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU); Prazo: 06(seis) meses a contar da data de Assinatura; Valor Estimado: R\$ 2.202,00 (dois mil e duzentos e dois reais), mensais; Verba: P.T. nº 2542.10.122.0001.2136, C.D. nº 3190- 04, fonte nº 207, Nota de Empenho nº 1904/2004; Fundamento: Inciso III, do Art. 89, da Lei Orgânica do Município, Inciso I do Art. 1º da Lei Municipal de nº 956/91; Assinatura: 02 de Julho de 2004.

Extrato nº 123/2004; Instrumento: Termo de Contrato de Prestação de Serviço Temporário nº 89/2004; Partes: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Ramon Lorenzo Farell Sanches; Objeto: Executar Prestação de Serviços Temporários de Médico, para atuar exclusivamente no Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU); Prazo: 06(seis) meses a contar da data de Assinatura; Valor Estimado: R\$ 2.202,00 (dois mil e duzentos e dois reais), mensais; Verba: P.T. nº 2542.10.122.0001.2136, C.D. nº 3190- 04, fonte nº 207, Nota de Empenho nº 1904/2004; Fundamento: Inciso III, do Art. 89, da Lei Orgânica do Município, Inciso I do Art. 1º da Lei Municipal de nº 956/91; Assinatura: 02 de Julho de 2004.

Extrato nº 127/2004; Instrumento: Termo de Contrato de Prestação de Serviço Temporário nº 93/2004; Partes: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Luiz Flávio Rodrigues; Objeto: Executar Prestação de Serviços Temporários de Médico, para atuar exclusivamente no Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU); Prazo: 06(seis) meses a contar da data de Assinatura; Valor Estimado: R\$ 2.202,00 (dois mil e duzentos e dois reais), mensais; Verba: P.T. nº 2542.10.122.0001.2136, C.D. nº 3190- 04, fonte nº 207, Nota de Empenho nº 1904/2004; Fundamento: Inciso III, do Art. 89, da Lei Orgânica do Município, Inciso I do Art. 1º da Lei Municipal de nº 956/91; Assinatura: 02 de Julho de 2004

Extrato nº 157/2004; Instrumento: Termo de Contrato de Prestação de Serviço Temporário nº 123/2004; Partes: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e José Carlos Pinho de Magalhães; Objeto: Executar Prestação de Serviços Temporários de Motorista, para atuar exclusivamente no Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU); Prazo: 06 (seis) meses a contar da data de Assinatura; Valor Estimado: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), mensais; Verba: P.T. nº 2542.10.122.0001.2136, C.D. nº 3190- 04, fonte nº 207, Nota de Empenho nº 1904/2004; Fundamento: Inciso III, do Art. 89, da Lei Orgânica do Município, Inciso I do Art. 1º da Lei Municipal de nº 956/91; Assinatura: 02 de Julho de 2004.

Extrato nº 158/2004; Instrumento: Termo de Contrato de Prestação de Serviço Temporário nº 124/2004; Partes: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Marcelo da Silva; Objeto: Executar Prestação de Serviços Temporários de Motorista, para atuar exclusivamente no Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU); Prazo: 06(seis) meses a contar da data de Assinatura; Valor Estimado: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), mensais; Verba: P.T. nº 2542.10.122.0001.2136, C.D. nº 3190- 04, fonte nº 207, Nota de Empenho nº 1904/2004; Fundamento: Inciso III, do Art. 89, da Lei Orgânica do Município, Inciso I do Art. 1º da Lei Municipal de nº 956/91; Assinatura: 02 de Julho de 2004.

Extrato nº 163/2004; Instrumento: Termo de Contrato de Prestação de Serviço Temporário nº 129/2004; Partes: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Jorge Luiz Goulart das Chagas; Objeto: Executar Prestação de Serviços Temporários de Motorista, para atuar exclusivamente no Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU); Prazo: 06

(seis) meses a contar da data de Assinatura; Valor Estimado: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), mensais; Verba: P.T. nº 2542.10.122.0001.2136, C.D. nº 3190- 04, fonte nº 207, Nota de Empenho nº 1904/2004; Fundamento: Inciso III, do Art. 89, da Lei Orgânica do Município, Inciso I do Art. 1º da Lei Municipal de nº956/91; Assinatura: 02 de Julho de 2004.

Extrato nº 166/2004; Instrumento: Termo de Contrato de Prestação de Serviço Temporário nº 132/2004; Partes: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Jose Ricardo Rodrigues Rebeque; Objeto: Executar Prestação de Serviços Temporários de Motorista, para atuar exclusivamente no Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU); Prazo: 06 (seis) meses a contar da data de Assinatura; Valor Estimado: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), mensais; Verba: P.T. nº 2542.10.122.0001.2136, C.D. nº 3190- 04, fonte nº 207, Nota de Empenho nº 1904/2004; Fundamento: Inciso III, do Art. 89, da Lei Orgânica do Município, Inciso I do Art. 1º da Lei Municipal de nº956/91; Assinatura: 02 de Julho de 2004.

Extrato nº 172/2004; Instrumento: Termo de Contrato de Prestação de Serviço Temporário nº 138/2004; Partes: Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Dher Jhon Vasconcelos Duarte; Objeto: Executar Prestação de Serviços Temporários de Motorista, para atuar exclusivamente no Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU); Prazo: 06 (seis) meses a contar da data de Assinatura; Valor Estimado: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), mensais; Verba: P.T. nº 2542.10.122.0001.2136, C.D. nº 3190- 04, fonte nº 207, Nota de Empenho nº 1904/2004; Fundamento: Inciso III, do Art. 89, da Lei Orgânica do Município, Inciso I do Art. 1º da Lei Municipal de nº956/91; Assinatura: 02 de Julho de 2004.

Coordenadoria de Recursos Humanos

Corrigenda:

Na portaria nº 246/2004, publicada em 24 de julho de 2004, onde se lê: por expirar prazo de posse e por desistência da vaga do II concurso; leia-se: por expirar prazo de posse.

Na portaria nº 254/2004, publicada em 24 de julho de 2004, onde se lê: por expirar prazo de posse e por desistência da vaga do II concurso; leia-se: por expirar prazo de posse.

Na portaria nº 260/2004, publicada em 24 de julho de 2004, onde se lê: por expirar prazo de posse e por desistência da vaga do II concurso; leia-se: por desistência da vaga do II concurso.

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Coordenadoria Municipal de Serviços Funerários

##### Edital

O Chefe do Cemitério de Maruí, torna público que, tendo terminado o período de 13/07 à 19/07/01, das sepulturas abaixo, devem os interessados requerer a exumação ou reforma, sob pena de proceder-se a exumação "EX-OFFÍCIO". Sendo os ossos recolhidos ao ossuário geral.

Gavetas: 3837- Jadir Lima- 2687- Milton Benedito da Silva- 2661- Gezy Rodrigues da Silva Albino (14:07:01)- 911- Juçara Fernandes de Menezes (17:07:01)- 233- Jurema da Rocha (18:07:01)- Letra R- José Gomes Cardoso (19:07:01).

Gaveta da Quadra B: 785- Maria José da Silva (19:07:01)

Carneiros da Quadra F: 3006- Cristina da Conceição- 3422- Leticia e Silva Costa (13:07:01)- 3309- Antonio Ferreira de Araújo Filho- 2908- Antonio Ferreira da Costa (14:07:01)- 3446- Jose Francisco dos Santos- 2975- Joaquim Luiz do Nascimento (15:07:01)- 3517- Julio Cesar da Silva- 3223- Sylvio da Gama Pereira (16:07:01)- 3144- Maria da Conceição

Ribeiro da Silva (19:07:01)- 2966- Alcenira Sebastiana Siqueira (14:07:01)

Carneiros da Quadra G: 720- Teofilo Castro (18:07:01)- 437- Jesuina Rodrigues da Costa- 358- Marcia Cristina da Silva (19:07:01)

## FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ATOS DA PRESIDENTE

**A Presidente da Fundação Municipal de Educação**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que estabelece os incisos VII e VIII do art. 13, do Estatuto da FME, aprovado pelo Decreto nº 6.178/91, de 28 de agosto de 1991, publicado em 29 de agosto de 1991,

### R E S O L V E :

**Aposenta, Regina Celia Borges Guimarães Dumpel**, Orientador Educacional, NS categoria V, matrícula nº 219.186- 4. Ref. Proc. 210/3613/2004 (Portaria FME nº 776/2004).

#### Fixação de Proventos

Fixados os proventos anuais, **Regina Celia Borges Guimarães Dumpel**, matrícula nº 219.186- 4, aposentada pela Portaria FME nº 776/2004 de 23/07/2004, referente ao Proc. 210/3613/2004.

**Aposenta, Lucilia Caccavo Monerat Franco**, Professor I, NM, categoria V, matrícula nº 219.978- 4. Ref. Proc. 210/0038/2004 (Portaria FME nº 777/2004).

#### Fixação de Proventos

Fixados os proventos anuais, **Lucilia Caccavo Monerat Franco**, matrícula nº 219.978- 4, aposentada pela Portaria FME nº 777/2004 de 23/07/2004, referente ao Proc. 210/0038/2004.

**Exonerar**, a contar de 15 de julho de 2004, de acordo com o inciso I do artigo 84 da Lei N.º 531/85, de 18 de janeiro de 1985, **Alexandre Herculano Ferreira Freitas**, do cargo de Agente Administração Educacional, categoria I, matrícula n.º 233.878- 8, do Quadro Permanente de Pessoal da FME. Portaria FME nº 778/2004 - Referência: Processo n.º 210/1992/2004.

### DESPACHOS DA PRESIDENTE

#### Licença Especial – deferido

Proc.210/0662/2004 – Leci Santos de Oliveira Pires - 3 meses de 02/08/04 a 02/11/04

Proc.210/0529/2004 – Conceição Barbosa Cêh – 3 meses de 02/08/2004 a 02/11/04

Proc.210/1349/2004 – Alessandra Maciel Rezende Chaves – 3 meses de 21/06/04 a 20/09/04

Proc.210/1788/2004 – Rita de Cassia Rocha – 04 meses de 01/08/04 a 03/12/04

Proc.210/1827/2004 – Maria José Ferreira Marques – 3 meses de 02/08/04 a 31/10/04

Proc.210/1829/2004 – Fátima Maria Gonçalves Sodré – 5 meses de 01/08/04 a 01/01/05

Proc.210/1838/2004 – Maria Lucia Cerutti Miguel – 3 meses de 02/08/04 a 01/11/04

Proc.210/1842/2004 – Maria do Carmo de Mendonça Faillace – 2 meses de 10/08/04 a 08/10/04

Proc.210/1848/2004 – Cintia Aparecida Q. da Rocha Oliveira – 3 meses de 28/08/04 a 26/11/04

Proc.210/1856/2004 – Maria do Rocio da Cruz Moreira  
– 6 meses de 02/08/04 a 02/02/05

Proc.210/1895/2004 – Eliane Vale da Costa Braga – 1  
mês de 04/08/04 a 03/09/04

Proc.210/1896/2004 – Giseli Barreto da Cruz – 6 meses  
de 01/08/04 a 31/01/05

Proc.210/1925/2004 – Ana de Fátima Vieira dos Santos  
– 6 meses de 02/08/04 a 02/02/05

Proc.210/1935/2004 – Isaias José de Souza – 6 meses  
de 02/08/04 a 02/02/05

**Readaptação – deferido**

Proc.210/0826/2004 – Cheila Dias dos Santos

Proc.210/1803/2004 – Regina Celia Coelho

**Refixação de Proventos – deferido**

Proc.210/0954/2003 – Maria da Penha dos Santos  
Schettine

Proc.210/1037/2003 – Regina Celia Aliberto

Proc.210/1116/2003 – Elizabeth Rocha Peçanha  
Fernandes

Proc.210/1141/2003 – Maria de Fatima Moraes  
Etchebeste

Proc.210/1144/2003 – Ana Maria Leites Lourenço

Proc.210/1269/2003 – Rose Mara dos Santos Paulo  
Oliveira

Proc.210/1431/2002 – Marlene Arriaga Tavares

Proc.210/1466/2003 – Maria Aparecida Wermelinger de  
Castro

Proc.210/1510/2003 – Mariluzia Monteiro Cardoso

Proc.210/1779/2002 – Judith Matta de Oliveira

Proc.210/1793/2002 – Severina Oliveira Nepomuceno

Proc.210/1843/2002 – Elenir Macieira C. de  
Albuquerque

Proc.210/1917/2003 – Maria José da Silva Rodrigues

Proc.210/3342/2002 – Edmea Soares da Fonseca

**Adicional Tempo de Serviço – deferido**

Proc.210/1974/2004 – Luciana Maia Botelho e outros

**Averbação Tempo de Serviço – deferido**

Proc.210/1891/2004 – Maria de Lourdes Barbosa Santos

Proc.210/1938/2004 – Regina Helena Mertz Lemos

**Salário Família – deferido**

Proc.210/1825/2004 – Mine Lu Rodrigues Luz de  
Azevedo

Proc.210/1826/2004 – Ana Lucia de Souza Andrade de  
Freitas

Proc.210/1831/2004 – Cristiane Custodio de Souza  
Andrade

Proc.210/1845/2004 – Solange de Oliveira Silva

Proc.210/1903/2004 – Kenia Soraia Soares Costa

Proc.210/1945/2004 – Fabiola Touchon Leite de  
Carvalho

**Auxílio Natalidade – deferido**

Proc.210/1815/2004 – Indgri Nara Ferreira Cardoso

Proc.210/1839/2004 – Silvana Badaró Pitzer

Proc.210/1947/2004 – Flaviana Fernandes de Farias

**Auxílio Doença - deferido**

Proc.210/1806/2004 – Maria das Graças Ceia Bravo  
Rodrigues

**Licença Especial – indeferido**



Proc.210/1801/2004 – Eliete Correa Dias da Silva  
Proc.210/1868/2004 – Isabella Vieira Palmie Peixoto  
Proc.210/1884/2004 – Sonia Regina Santos Moura  
Proc.210/1889/2004 – Maria Gracinda Silva da Venda

**Reassunção – indeferido**

Proc.210/1849/2004 – Wladimir Leonel da Silva

**Licença para Estudos – indeferido**

Proc.210/1960/2004 – Ana Luiza Maranhão Sales

**Disposição – deferido**

Proc. 210/1276/2004 – Mônica Ferreira Rigó

**NITEROI TERMINAIS RODOVIÁRIOS – NITER**

**Despacho do Diretor Presidente**

**Homologação**

Homologo a Licitação através da Concorrência nº 002/04, adjudicando a concessão de uso de 01 (uma) área, medindo 24,00m<sup>2</sup> cada, para a exploração de produtos Lotéricos no Terminal Rodoviário Presidente João Goulart à Empresa Banco Lotérico Loterias Ltda, nos termos do processo nº 300/0177/04 e Resolução da Diretoria RS– DN nº 002/2004.

**Extrato do Termo 20/2004**

Instrumento: Termo nº 20/2004 – Concessão de Uso; Partes: Niterói Terminais Rodoviários – NITER e Banco Lotérico Loterias Ltda; Objeto: O objeto do presente Termo tem por finalidade a utilização a título precário, de espaço dentro da gare no Terminal Rodoviário João Goulart, de uma área, medindo 24 (vinte e quatro) m<sup>2</sup>, para exploração de produtos lotéricos; Prazo: 60 (sessenta) meses, a contar de 01 de agosto de 2004 e término em 31 de julho de 2009; Valor: 36.636,00 mensais, conforme processo nº 300/0177/04; Fundamentação: Leis 8666/93, 8883/94, 9648/98 e 10192//01 artigo 1225, inciso V e 1412, § 1º e 2º, do C.C., Lei 925 artigo 12, § 1º a 9º de 26 de janeiro de 1991 e artigo 101, §§ 3º e 5º da Lei Orgânica do Município; Data de assinatura: 27 de julho de 2004.

**EMUSA/SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO MUNICIPAL  
SUTRAM**

**Ato da Superintendente**

**Portaria**

A partir do dia 10.8.04, terça-feira a Rua Nóbrega trecho compreendido entre as Ruas Mariz e Barros e Lopes Trovão terá sentido único de direção da Rua Mariz e Barros a Rua Lopes Trovão com estacionamento permitido do lado esquerdo de circulação dos veículos. O trecho compreendido entre a Rua Mariz e Barros e a Av. Sete de Setembro terá sentido único de direção da Rua Mariz e Barros para a Av. Sete de Setembro com estacionamento permitido do lado direito de circulação de veículos, conforme CI nº 098/2004 (Portaria nº 262/2004).

**INSTITUTO DE BENEFÍCIOS E ASSISTÊNCIA AOS  
SERVIDORES MUNICIPAIS – IBASM**

Despachos do Presidente

Extrato:

Instrumento: Carta Contrato.

Partes: IBASM e PRECISA RECORTES DE DIÁRIOS S/A LTDA.

Objeto: Prorrogação de Contrato de Serviços de Recortes de Diários Oficiais.

Preço Total: R\$ 2.268,00 (dois mil, duzentos e sessenta e oito reais).

Classificação Orçamentária: 04/00005626 Empenho: 04/0217.

Prazo: 7 (sete) meses.

Fundamento: Lei n.º 8.666/93, conforme processo administrativo n.º 310/00906/04.

Data da assinatura: 01 de junho de 2004.

Atos do Presidente:

Portaria GP=N.º 161/2004- Considerar aposentado, por invalidez, a partir de 02 de julho de 1990, HUMBERTO GARCERZ NETO, no Cargo de Assistente de Planejamento, Índice 6, Matrícula n.º 059- 3 do Q.P. do IBASM, com base no art. 95, Item I, § 1.º e artigo 96, Item I, Letra b) da Lei 531/85, conforme Processo n.º 591/90.

Esta Portaria está sendo publicada, atendendo exigência do TCE, por não ter sido encontrada publicação do Ato n.º 117/90, na época da aposentadoria.

Portaria GP=N.º 162/2004- Considerar fixados os proventos anuais do Assistente de Planejamento, Índice 6, Matrícula n.º 059- 3, do Q.P. do IBASM, HUMBERTO GARCEZ NETO, constantes da Portaria GP=N.º 118/90, aposentado por invalidez, a partir de 02.07.90, de acordo com a Lei Municipal 822 de 30.05.90, com vigência a partir de 01.05.90 e alínea b do inciso I, do Art. 96 da Lei Municipal n.º 531/85 e Inciso I do Art. 98 da Lei Municipal n.º 531/85.

Esta Portaria está sendo publicada, atendendo exigência do TCE, por não ter sido encontrada publicação do Ato na época da aposentadoria.

a) Jorge Luiz de Almeida (Presidente).

#### **COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI - CLIN DESPACHO DA PRESIDÊNCIA**

Homologo o resultado do Convite nº20/04, e autorizo a despesa e a emissão do empenho, adjudicando à **NEO Equipamentos para Jardinagem Ltda**, os itens 01 ao 63 do Edital. Objeto: peças para o estoque do almoxarifado central da Cia., no valor total global de R\$48.897,90. Proc. Adm. 520/1180/04.

#### **AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 06/04**

A Prefeitura Municipal de Niterói- PMN, através da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói- CLIN comunica aos interessados que fará realizar Licitação Pública, na modalidade de Tomada de Preços, em conformidade no que prescreve a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, cujo Edital visa o fornecimento e montagem de lavador de gases para forno incinerador, do Aterro do Morro do Céu.

Documentação e propostas serão recebidas no dia 20 de agosto de 2004, às 10:00hs à Rua Indígena, nº 72 - São Lourenço - Niterói.

A Licitação será do tipo Menor Preço, e o Edital será

obtido junto à CLIN no endereço supra citado, mediante o pagamento da importância de R\$ 20,00, a partir do dia 29 de julho de 2004.

**Corrigenda:** Na publicação do dia 08/05/2004 o valor global correto do Convite nº 15/04 é R\$26.540,92.

**CONCURSO PÚBLICO Nº 01/03 - Admitidos de 19 à 23/07/2004**

Nome	Admissã o	Cargo	CTPS	Seri e	Ficha Registr o
CLAUDIO JOSE ALVES CALAZANS	19/07/2004	GARI	34165	94	6779
TANIA DE CARVALHO ALVARENGA	19/07/2004	GARI	7189	51	6778
ROSANGELA GOMES	20/07/2004	GARI	70713	62	6780
EDILSON ALVES DE ARAUJO	20/07/2004	GARI	76986	20	6781
LUIZ ANTONIO LEAL	20/07/2004	GARI	57084	23	6782
VALDEMIR PEREIRA	20/07/2004	GARI	4355	53	6783
CARMELINDA DIOGO DA SILVA	20/07/2004	GARI	45612	341	6784
NILTON CARLOS MARQUES DA SILVA	21/07/2004	GARI	9651	146	6785
ANDRE DA SILVA FERREIRA	21/07/2004	GARI	28721	65	6786
SEBASTIAO EVALDO GOMES DE CARVALHO	21/07/2004	GARI	20396	59	6787
PEDRO HENRIQUE BOMFIM	22/07/2004	GARI	50193	56	6788
FABIANE SOUZA DOS SANTOS	22/07/2004	AUX. ENF. TRABALH O	23523	110	6795
CLAUDIOMAR ARAUJO ESTEVAO	22/07/2004	GARI	7981	107	6789
SERGIO DA CONCEICAO AMORIM	22/07/2004	GARI	56827	114	6790
ANDRE LUIZ COELHO	22/07/2004	GARI	84720	48	6791
ROSIMERE TEIXEIRA DE O MELO	23/07/2004	GARI	5667	130	6792
EDILSON FORTES VIEIRA	23/07/2004	GARI	59658	78	6793

**EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA**  
**Atos do Presidente**

Port. nº 0292/04 - Considerar designado a contar de 01/07/04, Rafael Ribeiro Miranda, para exercer a função de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo, da Diretoria Administrativa, em vaga decorrente da dispensa de José Carlos Dias de Miranda.

Port. nº 0294/04 - Considerar designado a contar de 01/07/04, Daniele Ribeiro Araújo., para exercer a função de Chefe do Setor de Peças e Ferramentas, da Diretoria Administrativa, em vaga decorrente da dispensa de Laércio Cardoso Muniz.

Port. nº 0295/04 – Considerar dispensado a contar do dia 20/07/04, Antonio Marcos Morais e Silva, da função



de Agente da Autoridade de Trânsito, da Superintendência de Trânsito Municipal.

Port. nº 0297/04 – Considerar dispensado a contar do dia 22/07/04, Claudia de Oliveira Neves, da função de Assessor Técnico, da Presidência.

**AVISO DE CANCELAMENTO**

Tendo em vista o disposto no Decreto nº 9226/04 de 09/03/04, Art.2º e com fulcro no Art.49, LF 8.666/93, fica cancelado o presente procedimento licitatório por dispensa, Processo Administrativo nº 0681/04, que tinha como objeto os serviços de Pintura Acrílica e Esmalte Sintético na Creche Comunitária do Cafubá.

Emusa, 23 de julho de 2.004

**TOMADA DE PREÇO Nº 0033/04 – AVISO:**

Objeto: Sistema de Circuito Fechado de Televisão para Monitoramento de Vias Urbanas; Data, Hora e Local: Dia 13 (treze) de agosto de 2004, às 16:00 (dezesseis) horas, na sede da Emusa, situada na Rua Visconde de Sepetiba, nº 987 – 11º andar – Centro – Niterói –RJ.; Condições de Participação: Estar inscrita no cadastro da Prefeitura Municipal de Niterói, suas Autarquias Fundações ou qualquer de seus órgãos da Administração indireta, ou, preencher todas as condições para cadastramento, até o terceiro dia anterior ao recebimento da proposta; Edital e Informações: O Edital completo poderá ser adquirido na sede da EMUSA, no endereço supracitado, onde poderão ser obtidas maiores informações junto à Divisão de Material e Controle de Bens ou pelo telefone 21- 2621-1939.

Niterói, 21 de julho de 2004.

Ralderes Bonifacio Costa - Diretor Administrativo

**O diário oficial aqui publicado é meramente informativo. A condição de oficial deve ser considerado apenas para a versão publicada no jornal O Fluminense.**